

§ 1º - Quando a infração for cometida por agente público, servidor público ou militar, no exercício de suas funções, sem prejuízo das sanções previstas nos incisos I a III deste artigo, serão aplicadas as penalidades disciplinares cominadas na legislação pertinente.

§ 2º - O valor da multa será fixado tendo-se em conta as condições pessoais e econômicas do infrator e não poderá ser inferior a 500 UFESPs (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo).

§ 3º - A multa poderá ser elevada até o triplo, quando se verificar que, em virtude da situação econômica do infrator, sua fixação em quantia inferior seria ineficaz.

§ 4º - Quando for imposta a pena prevista no inciso V deste artigo, deverá ser comunicada à autoridade responsável pela outorga da licença, que providenciará a sua execução, comunicando-se, igualmente, à autoridade federal ou municipal para eventuais providências no âmbito de sua competência.

Artigo 7º - Na apuração dos atos discriminatórios praticados com violação desta lei, deverão ser observados os procedimentos previstos na Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. DOE 20/07/2010

LOCAIS PARA O RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

Pátio do Colégio, 148 – Sé – CEP: 01016-040 – São Paulo
Tel: (11) 3291-2600 – denunciaraacial@sp.gov.br

PROCON

Consulte o posto mais próximo no site: <http://www.procon.sp.gov.br>

IPEM

Consulte o posto mais próximo no site:
<http://www.ipem.sp.gov.br> ou ligue 0800-0130522

Prefeituras Municipais e

Organizações Não Governamentais Conveniadas

Consulte as instituições conveniadas no site: www.justica.sp.gov.br

Conheça também os conselhos que atuam em parceria com a Coordenação na defesa da população negra e indígena no Estado de São Paulo.

Conselho Estadual dos Povos Indígenas - Cepisp

Rua: Antonio de Godoy, 122 - 12º andar - Santa Ifigênia - São Paulo
Tel.: (11) 3361-8131 / 3105-0349

Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade do Estado de São Paulo - CPDCN

Rua: Antonio de Godoy, 122 - 9º andar - Santa Ifigênia - São Paulo
Tel.: (11) 3361-8131 / 3105-0349

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Praça da Sé, 385 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01001-902
Tel: (11) 2155-3737 / 3291-8100

Consulte as subseções no interior: <http://www.oabsp.org.br> (link subseções)



COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
PARA A POPULAÇÃO
NEGRA E INDÍGENA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Justiça
e da Defesa da Cidadania

SÃO PAULO
CONTRA
O RACISMO

LEI ESTADUAL Nº. 14.187 / 2010

PUNE ATOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU DE COR

Artigo 1º - Será punido, nos termos desta lei, todo ato discriminatório por motivo de raça ou cor praticado no Estado por qualquer pessoa, jurídica ou física, inclusive a que exerça função pública.

Artigo 2º - Consideram-se atos discriminatórios por motivo de raça ou cor, para os efeitos desta lei:

- I. praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória;
- II. proibir ou impor constrangimento ao ingresso ou permanência em ambiente ou estabelecimento aberto ao público;
- III. criar embaraços ou constrangimentos ao acesso e à utilização das dependências comuns e áreas não privativas de edifícios;
- IV. recusar, retardar, impedir ou onerar a utilização de serviços, meios de transporte ou de comunicação, inclusive no sítio de rede mundial de computadores, consumo de bens, hospedagem em hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres ou o acesso a espetáculos artísticos ou culturais, ou estabelecimentos comerciais ou bancários;
- V. recusar, retardar, impedir ou onerar a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis;
- VI. praticar o empregador, ou seu preposto, atos de coação direta ou indireta sobre o empregado;
- VII. negar emprego, demitir, impedir ou dificultar a ascensão em

empresa pública ou privada, assim como impedir ou obstar o acesso a cargo ou função pública ou certame licitatório;

- VIII. praticar, induzir ou incitar, por qualquer mecanismo ou pelos meios de comunicação, inclusive eletrônicos, o preconceito ou a prática de qualquer conduta discriminatória;
- IX. criar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propagandas que incitem ou induzam à discriminação;
- X. recusar, retardar, impedir ou onerar a prestação de serviço de saúde, público ou privado.

Artigo 3º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

- I. reclamação do ofendido ou de seu representante legal, ou ainda de qualquer pessoa que tenha ciência do ato discriminatório;
- II. ato ou ofício de autoridade competente.

Artigo 4º - Aquele que for vítima da discriminação, seu representante legal ou quem tenha presenciado os atos a que se refere o artigo 2º desta lei poderá relatá-los à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

§ 1º - O relato de que trata o “caput” deste artigo conterá:

1. a exposição do fato e suas circunstâncias;
2. a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - “internet” da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

§ 3º - Recebida a denúncia, competirá à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

- I. promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das sanções cabíveis;
- II. transmitir notícia à autoridade policial competente, para a elucidação cabível, quando o fato descrito caracterizar infração penal.

Artigo 5º - A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, para cumprir o disposto nesta lei e fiscalizar seu cumprimento, poderá firmar convênios com Municípios, com a Assembleia Legislativa e com Câmaras Municipais.

Artigo 6º - As sanções aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação nos termos desta lei serão as seguintes:

- I. advertência;
- II. multa de até 1.000 UFESPs (mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo);
- III. multa de até 3.000 UFESPs (três mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), em caso de reincidência;
- IV. suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias;
- V. cassação da licença estadual para funcionamento.